

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 40/2013

Período: 02/11/2013 – 08/11/2013

GEDES – Brasil

- 1- Soldado do Batalhão de Infantaria da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti comete suicídio
- 2- Agência Brasileira de Inteligência não abrirá processo administrativo para investigar servidor que repassou informações
- 3- Blindado nacional atuará no Haiti em 2014
- 4- Exército brasileiro se destaca na execução de grandes obras
- 5- Memórias da cidade de Brasília I: Universidade de Brasília foi alvo de espionagem durante o regime militar
- 6- Memórias da cidade de Brasília II: jornal destacou ações de militantes durante o regime militar
- 7- Memórias da cidade de Brasília III: locais de memória do regime militar permanecem desconhecidos
- 8- Memórias da cidade de Brasília IV: Universidade de Brasília abrigou órgãos do governo militar
- 9- Organização das Nações Unidas suspeita de irregularidades na Missão de Paz no Haiti
- 10- Morte de ex-presidente da República voltou a ser investigada
- 11- Agência Brasileira de Inteligência monitorou diplomatas estrangeiros
- 12- Obra em homenagem a vítimas do regime militar foi depredada
- 13- Exército homenageou deputado e diplomata
- 14- Ex-juiz acredita que os trabalhos da Comissão da Verdade não substituem ações na Justiça
- 15- Compra de aviões de caça permanece sem definição
- 16- Forças Armadas se queixam sobre a falta de verba para Defesa

1- Soldado do Batalhão de Infantaria da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti comete suicídio

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, Geraldo Barbosa Luiz, soldado brasileiro do Batalhão de Infantaria da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), disparou contra a própria cabeça com fuzil nas instalações de quartel localizado na capital do Haiti, Porto Príncipe. De acordo com a *Folha*, Barbosa Luiz foi levado a um hospital com vida, porém, morreu quarenta e cinco minutos após o ocorrido. O jornal destacou que, antes de atuar no Haiti, o soldado trabalhara no 11º Regimento de Cavalaria Mecanizado, na cidade de Ponta Porã, no estado do Mato Grosso do Sul. Segundo o Exército, um inquérito policial militar será instalado para apurar o caso. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 02/11/13*)

2- Agência Brasileira de Inteligência não abrirá processo administrativo para investigar servidor que repassou informações

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 01/11/13, a direção da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) informou, que não abrirá procedimento administrativo para investigar o agente 008997 que forneceu informações a um espião dos Estados Unidos da América - questão tratada no Informe Brasil 39-2013. Segundo *O Estado*, a decisão foi tomada por Wilson Trezza, diretor-geral da Abin e causou surpresa entre os servidores da agência e à presidenta da República, Dilma Rousseff, principalmente, após o governo brasileiro, em conjunto com a Alemanha, ter enviado a Organização das Nações Unidas (ONU) plano para regulação do direito à privacidade e combate às violações ilegais na internet. (*O Estado de S. Paulo – Política – 02/11/13*)

3- Blindado nacional atuará no Haiti em 2014

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Exército concluiu, na cidade de Campinas, no estado de São Paulo, os primeiros testes urbanos do novo blindado sobre rodas, denominado Guarani. Segundo o jornal, unidades do veículo atuarão com a força de paz brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah). O jornal mencionou que o Guarani conta com nove versões e substituirá, até 2030 os blindados modelo Urutu EE-11 e Cascavel EE-9, produzidos até o ano de 1988. *O Estado* destacou que o Guarani possui “avançada eletrônica embarcada, [...] couraça resistente a disparos de calibre 7,62 mm, a estilhaços de granadas propelidas e a impacto de cargas explosivas leves”, além de ser ágil em áreas densamente habitadas. Além disso, serão construídas 2044 unidades do veículo, cujo contrato deverá ser de R\$ 6 bilhões. O veículo está sendo construído pela empresa Iveco, subsidiária do grupo Fiat, no estado de Minas Gerais. Segundo o coronel Anísio David de Oliveira Júnior, comandante do 19.º Contingente do Batalhão de Infantaria da Força de Paz (Brabat-19), após os testes o Guarani recebe modificações periódicas conforme as recomendações das tropas. Seu objetivo é atuar em áreas urbanas, rotina dos militares brasileiros no Haiti. (*O Estado de S. Paulo – Política – 02/11/13*)

4- Exército brasileiro se destaca na execução de grandes obras

De acordo com o *Correio Braziliense*, a eficiência do Exército em lidar com a execução de 16 projetos importantes para o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) convenceu a presidenta da República, Dilma Rousseff, a convocar a instituição para um novo projeto. Rousseff confiou aos engenheiros militares o estabelecimento de um padrão gerencial de planejamento e de execução de obras, pretendendo atingir o mesmo patamar de economia e rapidez obtido pelas tropas em todos os projetos. Essa padronização será exibida em portal na internet, até 2015. Atualmente, o Exército trabalha em 20 projetos, orçados em R\$ 1,2 bilhão, utilizando seus 12 batalhões de engenharia espalhados pelo território nacional. O general Joaquim Brandão, chefe do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), alegou que a diferença entre uma empreiteira privada e as tropas está na forma de encarar as obras: para os militares, elas são equivalentes a uma missão. O DEC foi criado em 1880 e atualmente se localiza em prédio do Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano de Brasília, comandando 15 mil militares, em todas as regiões do país, que atuam tanto na gestão quando na execução de obras.

Uma novidade oferecida pela divisão seria a consultoria em projetos, como a avaliação de edificações feita para o Ministério Público da União (MPU). A base acadêmica para as atividades do Exército se encontra no Instituto Militar de Engenharia (IME), que se mantém atualizado através de parcerias tecnológicas com empresas e centros de pesquisa. A capacidade demonstrada pelo Exército nas obras estaria ligada a necessidade de agir com eficiência em tempos de guerra, restaurando as construções danificadas e construindo ligações terrestres. Para o general Brandão, são muitos os benefícios de utilizar as equipes do DEC, a utilização de mão-de-obra e equipamentos próprios reduz os custos, além do recrutamento e qualificação de profissionais civis no local da obra ser parte da função social da instituição. Uma parceria com a multinacional estadunidense Autodesk permitirá ao Exército dar mais rigor técnico aos seus serviços, até mil quilômetros distantes da base. A instituição passou a levar em conta também a preservação ambiental e o equilíbrio financeiro, além de investir no controle de dados para gerenciamento dos projetos. O Exército é uma instituição submetida às regras das licitações públicas como qualquer empresa privada. Em 2010, a Procuradoria-Geral da Justiça Militar iniciou uma investigação para apurar possível envolvimento de oito generais com irregularidades encontradas nas obras da instituição, realizadas entre os anos de 2004 e 2009, porém, nada foi provado. Segundo Brandão, os 12 batalhões de engenharia são monitorados pelo MPU, pela Advocacia-Geral da União (AGU), pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU), uma vez que todos os bens utilizados pelo Exército pertencem a União. A Diretoria de Obras Militares (DOM) do Exército estabeleceu parceria com o TCU na esperança de realizar, futuramente, uma gestão digital das obras de infraestrutura, facilitando a fiscalização de projetos. Na área empresarial, já existem multinacionais se espelhando no Exército brasileiro, conforme noticiou o periódico. Segundo Steve Blum, vice-presidente da Autodesk, a instituição merece atenção na medida em que consegue reduzir em até 30% o custo das obras somente com o gerenciamento de tempo e de material. Com o objetivo de obter recursos para construção de um polo de ciência e tecnologia na cidade de Guaratiba, o Exército propôs uma parceria público-privada (PPP). Essa construção terá o custo de R\$ 1,5 bilhão e a proposta do Ministério do Planejamento visa atrair grandes empresas que possam bancar o centro tecnológico em troca de utilizarem seus serviços por 30 anos. O advogado Bruno Pereira, coordenador do portal PPP Brasil, informou que o Ministério da Defesa elaborou quatro projetos utilizando essa modalidade de contratação. Os projetos abrangem a construção de um colégio militar na cidade de Manaus, equipamentos para educação física e um empreendimento residencial no estado do Rio de Janeiro, além da logística de combustível dos estados de Tocantins e Goiás. O economista Claudio Roberto Frischtak, presidente da Inter.B Consultoria e especialista de investimentos em projetos de infraestrutura, defendeu que não haveria problemas em delegar a construção de obras para os militares, desde que a instituição apenas complemente as empresas privadas, de forma que não se estabeleça uma competição desigual no ramo. Atualmente, os batalhões de engenharias envolvidos em grandes obras (como Batalhão Mauá, que atua na reforma do Aeroporto de Caravelas, no estado da Bahia) estão abrindo convocações para várias frentes, inclusive algumas rejeitadas pelo setor privado. Ainda de acordo com o *Correio*, foi o Exército brasileiro que

impediu a paralisação total das obras para transposição das águas do Rio São Francisco. O Batalhão de Engenharia assumiu a execução das obras em dois blocos, o chamado Eixo Norte e uma parte do Eixo Leste. O Exército finalizou em junho de 2012 a primeira etapa: um canal de aproximação, que possui dois quilômetros e leva até o ponto de bombeamento; e a barragem da cidade de Tucutu. Apesar dos militares terem entregado sua parte na data estipulada, as construtoras licitadas não cumpriram com sua parte e atrasaram toda a programação, segundo o jornal. (Correio Braziliense – 03/11/13)

5- Memórias da cidade de Brasília I: Universidade de Brasília foi alvo de espionagem durante o regime militar

De acordo com o *Correio Braziliense*, durante o regime militar (1964-1985) o campus da Universidade de Brasília (UnB) foi constantemente vigiado por agentes militares. A Universidade foi um dos principais endereços do regime militar, tanto relacionado à repressão quanto a resistência. Em 1978, após alunos da UnB terem sintonizado no rádio a transmissão de um debate do Diretório Universitário para a criação do Diretório Central dos Estudantes Livre, foi encontrado um aparelho transmissor composto de microfone, pré-amplificador, transmissor e fonte de alimentação. Segundo os alunos do Departamento de Elétrica, o aparelho poderia ser instalado em 30 segundos e alcançava um raio de 10 quilômetros, cuja frequência era reservada, para utilizá-la era preciso de autorização do Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel). Depois que o aparelho foi encontrado, funcionários do Serviço de Proteção ao Patrimônio tentaram levá-lo para análise, porém, se retiraram quando encontraram resistência dos alunos. Paulo Parucker, atualmente pesquisador da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB, alegou que, apesar dos documentos da época mostrarem que não foi encontrado nenhum responsável pela escuta, é muito provável que ela fazia parte de um sistema de informações do regime militar. Antônio Carpintero, professor de arquitetura da UnB, revelou que era notável o clima de vigilância dentro da Universidade, agentes matriculados nos cursos tentavam interagir com diversos grupos, além da presença constante dos militares no campus. Após a entrada em vigor da Lei Suplicy de Lacerda, de 27/10/64, que colocou todas as entidades estudantis na clandestinidade, salvo as vinculadas com Ministério da Educação, o governo instituiu o Decreto-Lei nº 477 de fevereiro de 1969, que demandava a punição rigorosa de professores, alunos e funcionários considerados subversivos. Devido a essa nova lei, as discussões sobre a criação de uma entidade representativa independente só foram retomadas em 1970, ainda sob constante vigilância militar (Correio Braziliense – 03/11/13)

6- Memórias da cidade de Brasília II: jornal destacou ações de militantes durante o regime militar

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a Avenida W3 Sul e repúblicas de estudantes eram os principais pontos de encontro de militantes em Brasília, capital federal, durante o regime militar (1964-1985). Apesar do caráter onipresente do governo na época, alguns militantes conseguiram empreender ações bem sucedidas. O jornal contou a história do ex-estudante Aylê Salassié,

hoje professor de comunicação e doutor em história, cujo carro serviu de transporte para militantes durante missões de protesto. Salassié afirmou que chegou a responder por pelo menos 10 inquéritos policiais militares. O *Correio* destacou que algumas repúblicas de estudantes no Plano Piloto foram investigadas constantemente por reunirem jovens que, muitas vezes, conforme os militares, adotavam comportamento heterodoxo. O jornal ressaltou que o Ministério do Exército na época produziu um relatório especial de informações bastante detalhado relatando o comportamento de estudantes. O relatório incluía detalhes como círculo de amizades, locais frequentados e relações entre os investigados. O *Correio* ainda esclareceu que, no contexto do regime militar, uma casa usada como refúgio de grupo de ativistas ou de organização política clandestina era conhecida por “célula”. Tais células eram hierarquicamente organizadas e possuíam comando próprio. (*Correio Braziliense* – 04/11/13)

7- Memórias da cidade de Brasília III: locais de memória do regime militar permanecem desconhecidos

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, vários locais foram usados para repressão e também pelos movimentos de resistência em Brasília, capital federal, durante o regime militar (1964-1985). Porém, após 49 anos da tomada de poder pelos militares, ainda existem poucos locais concretos de memória do período. De acordo com o *Correio*, um deles é a Universidade de Brasília (UnB), local onde funciona a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade. Outro ponto importante é o Arquivo Nacional que funciona na Imprensa Nacional, situada no Setor de Indústrias Gráficas de Brasília, onde há caixas e computadores contendo documentos do período. Apesar disso, segundo o jornal, os acontecimentos do regime militar ainda estão restritos à memória dos que os vivenciaram. De acordo com Mateus Guimarães, sobrinho do líder estudantil Honestino Guimarães, existem muitos locais simbólicos dos quais não se tem informação alguma e que a mudança nesse sentido deve vir de um processo de educação. Segundo Daniel Faria, professor da UnB e integrante da Comissão da Verdade da instituição, a memória fica “à mercê dos jogos políticos do momento e do esquecimento” quando não há local concreto para ser preservada. Ainda de acordo com o *Correio*, desde 1976 a ponte projetada por Oscar Niemeyer tem o nome do ex-presidente da República Arthur da Costa e Silva, cuja gestão recrudescer a censura e a opressão do regime militar e, apesar de queixas de moradores da cidade, permanece com a nomenclatura inalterada. (*Correio Braziliense* – 06/11/13)

8- Memórias da cidade de Brasília IV: Universidade de Brasília abrigou órgãos do governo militar

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a Universidade de Brasília (UnB) tornou-se uma das instituições mais vigiadas e sofreu vários tipos de intervenções durante o regime militar (1964-1985). Segundo o periódico, foi instalado na reitoria da UnB, em 1971, a Assessoria de Assuntos Especiais, órgão subordinado ao Serviço Nacional de Informações (SNI), responsável por “supervisionar e coordenar as atividades de informações e contrainformações no Brasil e no exterior”. De acordo com Paulo Parucker, pesquisador da

Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB, “era uma rede vastíssima, os ambientes eram completamente vigiados para o desmantelamento das organizações clandestinas, dos partidos, das dissidências e da subversão”. Segundo o *Correio*, poucos arquivos de órgãos como esse não desapareceram, como os do fundo da Assessoria de Segurança de Informações da UnB (ASI-UnB), cujos arquivos – que contam com mais de 62 mil páginas reveladoras da profundidade do governo na espionagem contra os estudantes - encontram-se no Arquivo Nacional. De acordo com o jornal, nos arquivos constam dossiês que relatam a presença de estudantes “detidos por ocasião do movimento estudantil” em eventos, assembleias e reuniões. De acordo com Parucker, desses documentos decorriam ações, como aconselhamento sobre a não contratação de professores e a indicação de afastamento de alunos, entre outras medidas. O pesquisador defendeu a utilização desses papéis para “montar um quadro mais nítido do momento histórico, identificando circunstâncias, vítimas, algozes e lugares”. Em artigo para o jornal *Correio Brasiliense*, Cristiano Paixão, professor da Faculdade de Direito da UnB, procurador regional do Trabalho, conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e coordenador de Relações Institucionais da Comissão da Verdade da universidade, relatou que o movimento estudantil e outras entidades da sociedade civil protagonizaram em Brasília a resistência ao regime militar utilizando as ruas para protestar. Além disso, a capital federal foi também palco da repressão do regime e, segundo Paixão, esses acontecimentos precisam ser ensinados e discutidos e a memória da sociedade, ativada. De acordo com o professor, a Comissão da Verdade da UnB está reunindo vários depoimentos dos que participaram da resistência ao regime militar, a fim de torná-los amplamente conhecidos. Paixão defendeu ainda a destinação de um espaço público na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para a criação de “um memorial dedicado aos direitos humanos, à resistência e à democracia”. (*Correio Braziliense* – 06/11/13)

9- Organização das Nações Unidas suspeita de irregularidades na Missão de Paz no Haiti

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, auditorias secretas da Organização das Nações Unidas (ONU) revelaram suspeitas de irregularidade na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), sob comando brasileiro. As auditorias identificaram problemas de contratos superfaturados, pagamento de serviços sem nota fiscal e licitações com suspeita de favorecimento. Após dois anos do início da missão, um primeiro relatório interno da ONU apontou para as primeiras irregularidades. Em uma carta enviada a Juan Gabriel Valdés, representante especial do secretário-geral da ONU, em 2006, a Divisão de Auditoria Interna revelou que dos US\$ 8,4 milhões gastos em pagamentos pela missão a fornecedores locais, US\$ 3,8 milhões foram realizados sem contrato escrito. Além da falta de contratos relativos aos pagamentos, as empresas fornecedoras inflaram os recibos cobrando até 87% a mais que os preços estabelecidos pelo governo. A auditoria revelou que a empresa Haytian aumentou seus preços no mesmo período em que a missão iniciou as exigências por um plano de produção de energia, levando a ONU a perder por volta de US\$ 452 mil entre junho de 2004 e janeiro de 2006. O relatório mostrou também que a Minustah pagou US\$ 7

mil em um serviço feito pelos próprios funcionários da ONU e US\$ 56 mil em espaços nas rádios e camisetas que não foram autorizadas pelo Departamento de Licitações. No relatório da Divisão de Auditoria Interna da ONU, publicado em 11/01/07, foi identificado ainda que o mecanismo para evitar fraude no combustível (comprado para os mais de 2 mil carros, caminhões, tanques e aviões da ONU) não foi totalmente implementado. A Divisão de Auditoria afirmou que, nessa compra, houve o favorecimento de uma empresa, a Dinasa, que ficou com um contrato de US\$ 8,7 milhões. Três empresas se apresentaram para licitação, a Total, Dinasa e Skylink, sendo que o preço oferecido pela Total era o menor e, portanto, ela deveria ter sido a ganhadora. Com isso, o relatório concluiu que houve acesso a “informações internas” da ONU. O jornal ainda destacou que, no escritório de Nova York, nos Estados Unidos da América, a ONU constatou novas suspeitas: os pagamentos da Minustah aos vendedores de combustível não possuíam documentos que os justificassem. Procurada pelo *Estado*, a ONU confirmou ter apurado o caso, mas se recusou a fornecer mais informações. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 03/11/13)

10- Morte de ex-presidente da República voltou a ser investigada

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, Josias Nunes de Oliveira, motorista que dirigia o ônibus envolvido no acidente que matou o ex-presidente da República, Juscelino Kubitschek (JK), prestou depoimento à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O motorista aposentado, considerado principal testemunha do caso, já foi ouvido pela Comissão da Verdade de São Paulo, onde afirmou ter recusado uma mala de dinheiro oferecida para que assumisse o suposto crime. Segundo Durval Ângelo, deputado estadual que solicitou a audiência, “o surgimento de novos fatos caracteriza como atentado político o acidente que provocou a morte de JK e de seu motorista”. O jornal destacou que as dúvidas quanto às circunstâncias da morte de Kubitschek se devem ao fato do acidente ter ocorrido na época em que a Operação Condor, ação conjunta de governos militares do Cone Sul contra seus opositores, vigorava. O *Estado* também ressaltou que uma carta do coronel chileno Manuel Contreras enviada ao então general brasileiro João Baptista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1975, seria outro fator gerador de suspeitas. Na época morreram também o ex-ministro do Exterior chileno, Orlando Letelier, o ex-presidente da República brasileiro, João Goulart, e o ex-governador do estado da Guanabara, na atual cidade do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda. Os três brasileiros formavam o grupo de oposição ao regime militar Frente Ampla. Ainda de acordo com o jornal, o pedido de nova investigação do fragmento metálico encontrado no crânio de Geraldo Ribeiro, motorista de Kubitschek, foi acatado pelo governo do estado de Minas Gerais. No dia 05/11/13, o jornal *Folha de S. Paulo*, informou que, em seu depoimento, Josia Nunes de Oliveira negou novamente ter causado o acidente e reafirmou a versão de que homens o haviam oferecido dinheiro para que assumisse a culpa pelo ocorrido. Segundo a *Folha*, a Comissão reivindicou que o Estado faça um pedido formal de desculpas e que pague uma indenização ao ex-motorista. (*Correio Braziliense* – 04/11/13; *Folha de S. Paulo* – Poder – 05/11/13)

11- Agência Brasileira de Inteligência monitorou diplomatas estrangeiros

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) monitorou diplomatas russos, iranianos, iraquianos e uma sala alugada pela Embaixada estadunidense em Brasília, capital federal, entre os anos de 2003 e 2004. Segundo relatório produzido pelo Departamento de Operações de Inteligência da Abin, foram monitorados e fotografados diplomatas russos com envolvimento em negociações de equipamentos de defesa. Alguns militares da área de inteligência, servidores da ativa e da inativa da Abin entrevistados pela *Folha* afirmaram participação direta nas ações. As operações foram classificadas como de “contrainteligência” e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República declarou que as operações foram realizadas de acordo com a legislação brasileira. Ainda segundo a *Folha*, documentos secretos da Abin revelaram que o Brasil investigou agentes do serviço secreto francês, a fim de descobrir se houve ação de sabotagem por parte da França na explosão de 2003 na base de lançamentos aeroespaciais de Alcântara, no estado do Maranhão. Entretanto, não encontraram provas de sabotagem, prevalecendo a versão oficial de que houve uma pane elétrica. De acordo com o jornal, a base de Alcântara, devido à sua localização, poderia se transformar na única concorrente do Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa. Além disso, o Brasil teria monitorado órgãos de cooperação e cultura relacionados à Embaixada da França no Brasil. Conforme publicado pela *Folha*, no dia 05/11/13, uma porta-voz do governo iraniano declarou que Teerã pretende conversar com o Brasil sobre o caso do monitoramento de seus diplomatas. O vice-presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, senador federal Ricardo Ferraço, por sua vez, pretendia convocar o diretor-geral da Abin, Wilson Trezza, e o chefe do GSI, José Elito Carvalho Siqueira para esclarecimentos sobre o caso. O mesmo foi feito pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Relações Exteriores e Segurança Pública. Até o dia 07/11/13, no entanto, a aprovação para uma audiência pública para tal fim, com Siqueira e Trezza, foi aprovada apenas nas Comissões de Relações Exteriores e de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados. Segundo a *Folha*, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional se reúne apenas em momentos emergenciais, conforme informado pelo deputado federal Nelson Pellegrino, presidente da Comissão, que admitiu não haver reuniões periódicas e acompanhamento metódico. De acordo com o procurador Denilson Feitoza, presidente do Instituto Brasileiro de Inteligência Criminal, o Congresso Nacional tem corresponsabilidade pela fragilidade do país nessa área, pois “as ações do serviço de inteligência brasileiro são definidas por uma legislação genérica, sem limites definidos”, além de carecer de controle externo eficiente. Segundo a *Folha*, no dia 05/11/13, José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça afirmou que as ações de inteligência do governo brasileiro não se comparam às práticas de espionagem dos Estados Unidos da América, uma vez que o Brasil empreendeu ações de contraespionagem que não violaram os direitos das pessoas. De acordo com Cardozo, as ações da Abin não abalam a imagem do Brasil e destacou que foram executadas em território nacional, ou seja, não violaram a soberania de outros países. Segundo o ministro, o que não se pode

fazer é “violar direito das pessoas, a soberania das pessoas. Essa me parece uma diferença crucial. Se nós não fizermos essa distinção, vai dar a impressão de que estamos usando o mesmo método que nós recriminamos. Isso não é verdade”. Conforme Cardozo trata-se de uma questão de defesa da soberania nacional. A presidenta da República, Dilma Rousseff, afirmou que o governo brasileiro, por meio da Abin, pratica espionagem “preventiva” e que isso difere totalmente das ações executadas pelo EUA. Em entrevista ao grupo RBS, conforme informou o *Correio Braziliense*, Rousseff declarou que não pode comparar o que a Abin fez em 2003 e 2004 com as ações de espionagem norte-americanas, uma vez que a atuação da Abin caracterizaria contrainteligência e que havia suspeitas de interferência [dos outros países] em negócios privados e públicos no Brasil. Ainda de acordo com presidenta, quando um país pratica invasão de privacidade, como foi o caso dos EUA, a situação se torna violação de direitos humanos, diferentemente das ações da Abin. (*Correio Braziliense* – 07/11/13; *Folha de S. Paulo – Poder* – 04/11/13; *Folha de S. Paulo – Poder* – 05/11/13; *Folha de S. Paulo – Poder* – 06/11/13; *Folha de S. Paulo – Poder* – 07/11/13; *O Estado de S. Paulo – Política* – 07/11/13)

12- Obra em homenagem a vítimas do regime militar foi depredada

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, foram depredadas estátuas e o Ossário Geral do cemitério de Araçá, em São Paulo, onde se encontram mais de mil ossadas de desaparecidos políticos encontrados em 1990 no cemitério de Perus. A obra feita em homenagem às vítimas do regime militar (1964-1985), “Penetrável Genet”, de Celso Sim e Anna Ferrari, também foi danificada. O ataque aconteceu pouco tempo depois de ato inter religioso realizado pelo Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça, mas os monolitos destruídos e as ossadas espalhadas não eram dos restos mortais encontrados em Perus. Rogério Sottili, secretário municipal de Direitos Humanos de São Paulo, afirmou que a situação é delicada e disse estar em contato com o presidente da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Presidência da República, Marco Antônio Barbosa, com a intenção de criar um grupo de antropologia forense que identifique as ossadas. Apesar de nenhum grupo ter reivindicado publicamente a autoria do ataque, o deputado estadual Adriano Diogo, presidente da Comissão da Estadual da Verdade, afirmou que a pichação poderia revelar uma assinatura e, portanto, a autoria do ocorrido. Segundo *O Estado*, o artista Celso Sim destacou que os computadores que estavam no local não foram levados, o que poderia ser indicativo do ato como crime político. A exposição Penetrável Genet foi inaugurada simbolicamente no cemitério e encontra-se aberta ao público. (*Folha de S. Paulo – Poder* – 04/11/13; *O Estado de S. Paulo – Metrópole* – 04/11/13)

13- Exército homenageia deputado e diplomata

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, no dia 30/10/13, o Exército homenageou o embaixador Nelson Tabajara e o deputado federal Luiz Pitiman durante solenidade no Setor Militar Urbano. Cada um deles recebeu uma medalha comemorativa dos 60 anos da Polícia do Exército por terem sido

soldados dessa divisão em Brasília, capital federal, na década de 1980. (Correio Braziliense – 05/11/13)

14- Ex-juiz acredita que os trabalhos da Comissão da Verdade não substituem ações na Justiça

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* e a mais dois correspondentes estrangeiros, o ex-juiz espanhol Baltasar Garzón declarou que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) brasileira exerce um “papel complementar” na apuração dos crimes cometidos durante o regime militar (1964-1985), não devendo substituir a abertura de ações penais na Justiça. Além disso, Garzón afirmou que a Lei da Anistia (1979) não pode impedir a investigação dos crimes cometidos durante o período. O ex-juiz criticou ainda a CNV ao afirmar que deveria existir uma maior comunicação entre o colegiado nacional e as comissões locais. (*O Estado de S. Paulo* – Política – 05/11/13)

15- Compra de aviões de caça permanece sem definição

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o governo brasileiro está postergando a visita do presidente francês, François Hollande, ao Brasil, devido ao processo de compra de aviões de caça pela Força Aérea Brasileira. (*Correio Braziliense* – 08/11/13).

16- Forças Armadas se queixam sobre a falta de verba para Defesa

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, no dia 07/11/13, os comandantes das Forças Armadas foram ao Congresso Nacional participar de uma reunião conjunta na Comissão de Relações Exteriores e Defesa. Na ocasião, os militares reclamaram da falta de verba destinada à Defesa e pediram um acréscimo de R\$ 7,45 bilhões ao Orçamento de 2014. O Exército declarou que necessita de um acréscimo mínimo de R\$ 2,4 bilhões para o monitoramento das fronteiras, compra de munição e para garantir o uso de 9.500 veículos adquiridos recentemente. Já a Aeronáutica precisaria de R\$ 2,9 bilhões para manutenção e combustível das aeronaves e adequação de suas instalações militares. E a Marinha afirmou a necessidade de R\$ 2,15 bilhões para recuperar a capacidade de operação e assegurar o apoio ao pré-sal. (*Folha de S. Paulo* – Poder – 08/11/13)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em

receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo P. M. Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais; bolsista Proex).